

Inquérito Civil n. 06.2021.00000455-2**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, denominado **COMPROMITENTE**, e o **MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 80.637.457/0001-40, representado por seu Prefeito Municipal Mauro Francisco Risso, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, n. 815, Centro, Município de Jardinópolis, Comarca de Coronel Freitas, denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000455-2, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica e a tutela dos interesses difusos e coletivos (art. 127 e art. 129, III da Constituição Federal), podendo para tanto manejar o Inquérito Civil e Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), com a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal n. 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298/1999;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146/2015, estabeleceu em seu art. 8º que *“é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, [...], à acessibilidade, [...], entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico”*;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei n. 7.853/89 e o art. 2º do Decreto Federal n. 3.298/99 impõem ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à

previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico;

CONSIDERANDO que a formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas de eleição de prioridades, elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações, com planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos” (art. 61 da Lei n. 13.146/2015 – sem destaques no original);

CONSIDERANDO que o art. 19, §1º do Decreto n. 5.296/04 determina que *“A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. - §1º No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.”*

CONSIDERANDO que os prazos estabelecidos no Decreto n. 5.296/2004 fluíram faz muito, porquanto as adaptações deveriam ocorrer, segundo o Decreto, até meados de 2007 para o caso de edificações de uso público;

CONSIDERANDO que o art. 60, §1º, da Lei n. 13.146/2015 condiciona a concessão e a renovação de alvará de funcionamento, para qualquer atividade, à observação e à certificação das regras de acessibilidade;

CONSIDERANDO que os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas a NBR 9050:2015, que fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas com deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos;

CONSIDERANDO que o artigo 3º, inciso IV, da Lei 16.157/2013 prevê o Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio e Pânico (PPCI) como em um conjunto de sistemas e medidas de segurança que tem como finalidade primordial resguardar a vida e a segurança da população;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 1.957, de 20 de dezembro de 2013, estabeleceu prazos para a regularização das edificações quando à

segurança, prevendo infrações administrativas e procedimentos, especificamente o artigo 12 que estabeleceu o prazo de 5 anos para a regularização dos imóveis sem grave risco, como é o caso do prédio da unidade escolar;

CONSIDERANDO as irregularidades constatadas nos autos do Inquérito Civil referentes à **Escola Nucleada Municipal Castro Alves**, situada no Município de Jardinópolis;

R E S O L V E M

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA 1ª. O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a não mais construir estabelecimentos de ensino sem que obedeçam às Normas Técnicas de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o Decreto n. 5.296/04, a Lei n. 13.146/2015 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor, bem como a providenciar a instalação dos Sistemas de Prevenção e Segurança contra Incêndio e Pânico – PPCI, habite-se e alvará de funcionamento antes da liberação do uso dos estabelecimentos de ensino.

CLÁUSULA 2ª. O **COMPROMISSÁRIO** assume obrigação de fazer consistente em, **até a data de 01 de março de 2023**, executar as obras de adaptação de acessibilidade na **Escola Nucleada Municipal Castro Alves**, observando as considerações lançadas no Laudo Técnico de Vistoria de p. 24/29 (elaborado pela própria municipalidade) e as normas técnicas vigentes e aplicáveis.

Parágrafo único: a fim de comprovar a obrigação deverá apresentar ao Ministério Público laudo subscrito por profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura ou correlatas, devidamente inscrito no respectivo conselho de classe, atestando que a edificação atende integralmente às normas técnicas que tratam da acessibilidade, acompanhado de levantamento fotográfico.

CLÁUSULA 3ª. O **COMPROMISSÁRIO** assume obrigação de fazer consistente em, **até a data de 31 de agosto de 2022**, aprovar e implementar o

Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio e Pânico (PPCI) na **Escola Nucleada Municipal Castro Alves**, observando as considerações em vistoria a ser realizada.

Parágrafo único: a fim de comprovar a obrigação deverá apresentar a documentação pertinente com a Aprovação do Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio e Pânico (PPCI), expedida pelo Corpo de Bombeiros, bem como o habite-se a alvará de funcionamento.

CLÁUSULA 4ª. O não cumprimento da Cláusula Primeira, edificando-se estabelecimentos de educação cujas edificações contrariem as normas técnicas e legislação em matéria de acessibilidade pertinente, sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** ao pagamento de uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de funcionamento do serviço. A multa será revertida ao Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, por meio da emissão de boleto bancário, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s).

CLÁUSULA 5ª. O não cumprimento da Cláusula Segunda e Terceira sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** ao pagamento de uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso. A multa será revertida ao Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, por meio da emissão de boleto bancário, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s).

CLÁUSULA 6ª. O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento do procedimento administrativo ao qual se vincula, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 49, *caput*, do Ato 395/2018/PGJ.

CLÁUSULA 7ª. O **COMPROMITENTE** obriga-se a: **1)** não adotar

qualquer medida judicial contra o **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado; **2)** antes de promover a execução do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), requisitar informações ao **COMPROMISSÁRIO**, acerca do cumprimento das obrigações avençadas.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 585, inciso VII, do Código de Processo Civil.

Fica, desde logo, cientificado o **COMPROMISSÁRIO** de que o presente Inquérito Civil será arquivado (servindo o presente como cientificação do arquivamento), e a promoção de arquivamento será submetida à homologação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina, conforme dispõe o artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85.

Coronel Freitas, 23 de junho de 2022.

ROBERTA SEITENFUSS
PROMOTORA DE JUSTIÇA

MAURO FRANCISCO RISSO
PREFEITO MUNICIPAL